



**Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

Assunto: Divulgação pública do caderno de encargos do porto espacial de Santa Maria

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.^a, para efeito de admissão, requerimento com perguntas com pedido de resposta escrita e solicitação de acesso a documentação, dirigido ao Governo Regional, nomeadamente à Secretaria Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital.

Ponta Delgada, 16 de março de 2021

Com os melhores cumprimentos,

O Grupo Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

(Alexandra Manes)

**Exma. Sra. Secretária Regional da Cultura,
da Ciência e Transição Digital.**

A par do acolhimento favorável à construção de um porto espacial na ilha de Santa Maria, o Bloco de Esquerda Açores tem constantemente reivindicado que a viabilidade deste projeto depende da garantia de direitos essenciais das populações, no respeitante à segurança, saúde pública e proteção do ambiente. Para o assegurar, o BE tem exigido uma total transparência no decorrer do processo de constituição do porto espacial e a divulgação pública de toda a informação relevante, por só assim se permitir a participação de todos, e em especial da população mariense, na constituição de uma infraestrutura que contribua de forma benéfica para a ilha de Santa Maria e seus habitantes, principais interessados nesta matéria.

No entanto, desde o início, este projeto tem sido marcado por uma lamentável falta de transparência e por uma comunicação pouco efetiva com a população. Em relação a este assunto, o BE teve já oportunidade de apelar ao novo Governo Regional que enverede pelo caminho da transparência.

A publicação do caderno de encargos no dia 2 de outubro de 2020 pelo então secretário regional do Mar, Ciência e Tecnologia, iniciou a terceira fase do procedimento do concurso. Sendo o caderno de encargos um documento fundamental para a compreensão dos contornos reais e efetivos do projeto, o Bloco considera que a população de Santa Maria não deve ser privada de acesso a informações como a tipologia e a dimensão das infraestruturas a construir, o potencial impacto que poderão ter na paisagem, no ambiente e para a saúde pública. Por esse motivo, solicitou-se ao Governo uma cópia do documento, através do Requerimento nº 4/XII de 16 de dezembro de 2020, tendo a mesma sido facultada a 22 de fevereiro de 2021.

Considerando que da leitura do caderno de encargos para a construção do porto espacial não se vislumbra nada que faça perigar qualquer matéria de soberania, segredo comercial, ou assuntos internos das empresas concorrentes.

Considerando que a existência de um cenário de confidencialidade levanta suspeitas de intenções de impedir que o projeto seja monitorizado, não nas partes sujeitas a segredo comercial ou patentes – onde se admite sigilo – mas nas peças como sejam os compromissos contratuais respeitantes ao ambiente, aos clusters científico e industrial e à sua concretização, bem como outras disposições.

Considerando que não se vislumbra no caderno de encargos qualquer prazo para receção e análise de propostas, e que não se compreende essa lacuna num caderno de encargos.


Assim, nos termos estatutários e regimentais e atendendo ao exposto, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita a V.^a Ex.^a resposta às seguintes perguntas:

1. Que cláusulas ou requisitos do caderno de encargos é que o Governo Regional considera conterem matéria sensível, que levou à classificação do documento como confidencial?
2. Considera o Governo Regional, atendendo ao lema de transparência que adotou, tornar público o contrato final a firmar com o consórcio vencedor, retirando, necessariamente, as partes de carácter técnico sujeitas a segredo comercial?
3. Quais são os prazos para decisão acerca da proposta vencedora?
4. Em que moldes será apresentado o projeto vencedor?
5. O Estudo de Impacto Ambiental será também classificado como confidencial?
6. Irá o Governo Regional divulgar no imediato as contrapartidas a cumprir pelo concessionário, nomeadamente ao nível do número de postos de trabalho a criar, da obrigatoriedade de desenvolvimento do cluster espacial?
7. Irá o Governo divulgar, no imediato, aspetos técnicos que a população tem o direito a conhecer no imediato, como sejam a área de implantação do porto espacial, as áreas de segurança e suas condições e o peso máximo bruto dos lançadores previstos no caderno de encargos?

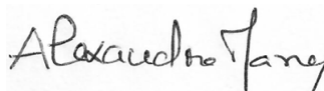
Considerando também as declarações da secretária regional da Cultura, Ciência e Transição Digital à comunicação social, no dia 15 de março, sobre a realização de “testes suborbitais” que vão decorrer no aeroporto de Santa Maria, no próximo mês de maio, num processo que “decorre à parte” do projeto do porto espacial.

Nos termos estatutários e regimentais, o Grupo Parlamentar do BE/Açores solicita ainda o envio de cópia de toda a documentação relativa ao processo de licenciamento da realização dos testes no aeroporto de Santa Maria referidos pela secretária regional da Cultura, Ciência e Transição Digital.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Alexandra Manes)

Ponta Delgada, 16 de março de 2021